



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 2/2024/SUPEL-ASTEC

À  
Comissão de Licitações - CPLO

**Tomada de Preços n. 008/2023/CPLO/SUPEL/RO**

**Processo Administrativo: 0002.361715/2021-59**

**Interessada:** Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA.

**Objeto:** Reforma da Central Regional de Rede de Frio de Ariquemes - RO.

**Assunto:** Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a *Reforma da Central Regional de Rede de Frio de Ariquemes - RO*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Os presentes autos seguem instruídos sob a égide da Lei 8.666/93 e aportaram para elaboração de decisão da autoridade superior, obedecendo os termos do art. 109, § 4º, da referida lei.

Verifica-se a interposição tempestiva de recurso por parte da empresa L. CZELUSNIAK (Id. Sei! 0044505822), a licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelas seguintes razões:

(i) Não apresentar a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO.

A recorrente rebate as razões de inabilitação, afirmando em suma o excesso de formalismo, vez que apresentou a declaração própria que supriria a exigência estabelecida.

Na leitura do edital que rege essa Tomada de Preços n. 008/2023, vê-se a seguinte exigência quanto a qualificação jurídica, Item 16.1, "f", *ipsis litteris*:

f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, **acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;**

De fato a empresa recorrente apresentou a declaração própria exigida, conforme se verifica no Id. Sei! 0044360536, página 20, contudo, **desacompanhada** da declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, conforme exige o edital.

Vale destacar que a Comissão pesa sua apreciação aos documentos apresentados em estrita observância ao exigido, verificando a presença de **TODA** documentação exigida, conforme especifica o próprio edital no item 19.2, "a":

a) **A Comissão de Licitação, no ato do exame das documentações apresentadas, considerará, além da absoluta indispensabilidade da presença de todas as peças e dados exigidos, sem o que será a proponente de logo inabilitado**, a suficiência das informações oferecidas, a autenticidade e a validade dos documentos incluídos e **a bastante demonstração da Capacidade Jurídica, da Capacidade Técnica, da Idoneidade Financeira e da Regularidade Fiscal da ofertante**, na conformidade dos indicadores definidos neste Edital.

Logo, é imperioso destacar que as regras editalícias prevaleçam, visto que o edital é a “lei” entre os licitantes e a unidade interessada, nos termos dos artigos 3º e 41º, da Lei nº 8.666/93, que rege o procedimento licitatório, outrora a própria recorrente declara ciência e obediência aos termos do certame, conforme “Termo de Compromisso” anexado na documentação apresentada, Id. Sei! 0044360536, página 49, neste sentido a jurisprudência pátria é uniforme, vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. ATO DO PREGOEIRO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. DESCUMPRIMENTO DE NORMA ESTABELECIDADA NO EDITAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **O Edital como “lei interna” da licitação deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao cumprimento dos seus requisitos e exigências, tudo direcionado ao interesse público.** Recurso não provido. (TJ-SP - AC: 00230843620118260037 SP 0023084-36.2011.8.26.0037, Relator: Camargo Pereira, Data de Julgamento: 24/11/2015, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 26/11/2015) (grifo nosso).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA APRESENTADA EM DESACORDO COM O EDITAL. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA. ARTIGOS 3º E 41 DA LEI 8.666/93. 1. O Pregão Eletrônico, enquanto modalidade licitatória de contratação com a Administração Pública, deve ser regido pelos princípios que a orientam, com especial relevo para o da isonomia. Desse modo, assegura-se a igualdade de condições entre os particulares que dela participam, consagrando-se vencedora a proposta que melhor atende, de maneira objetiva, às exigências do edital. 2. **Não há qualquer ilegalidade na desclassificação de empresa licitante que apresenta proposta e documentação em desacordo com as exigências do edital de Pregão Eletrônico, em atenção aos princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como dos artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93.** (TRF-4 - AC: 50250454120164047200 SC 5025045-41.2016.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/07/2020, QUARTA TURMA). (grifo nosso).

Logo, não há que se falar em desconhecimento das regras do edital ou excesso de formalismo, vez que todo o exigido compõe necessário rol de qualificação das licitantes.

Isto posto, em concordância com os motivos expostos na Ata de Julgamento do Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044792262), expedido em observância às razões recursais apresentadas (Id. Sei! 0044505822), com espeque na fundamentação supra, não vislumbro qualquer modificação na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **L. CZELUSNIAK**, mantendo **INABILITADA** a empresa para o presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

**Maria do Carmo Prado**

Diretora-Executiva Substituta

Portaria nº 147, de 01 de Dezembro de 2023

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Diretor(a) Executivo(a)**, em 08/01/2024, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044906470** e o código CRC **B8E0AE37**.

**Referência:** Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0002.361715/2021-59

SEI nº 0044906470